



SENADO FEDERAL

PARECER

Nº 1.047, DE 2013

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de
Resolução nº 66, de 2013.

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 66, de 2013, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 16 de setembro de 2013.

Três assinaturas manuscritas em tinta preta, sobrepostas uma à outra. A assinatura superior é a mais elaborada, a do meio é mais fluida e a inferior é a mais simples e direta.

ANEXO AO PARECER Nº 1.047, DE 2013

Redação final do Projeto de Resolução
nº 66, de 2013.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art. 48,
inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2013

Altera o Regimento Interno do Senado
Federal para estabelecer procedimento
de avaliação de políticas públicas no
âmbito do Senado Federal.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte
art. 96-B:

“Art. 96-B. No desempenho da competência prevista no inciso IX
do art. 90, as comissões permanentes selecionarão, na área de sua
competência, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder
Executivo, para serem avaliadas.

§ 1º Cada comissão permanente selecionará as políticas públicas
até o último dia útil do mês de março de cada ano.

§ 2º Para realizar a avaliação de que trata o *caput*, que se estenderá
aos impactos das políticas públicas e às atividades-meio de suporte
para sua execução, poderão ser solicitadas informações e documentos
a órgãos do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas da União, bem
como a entidades da sociedade civil, nos termos do art. 50 da
Constituição Federal.

§ 3º Ao final da sessão legislativa, a comissão apresentará relatório
com as conclusões da avaliação realizada.

§ 4º A Consultoria Legislativa e a Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle do Senado Federal elaborarão estudos e
relatórios técnicos que subsidiarão os trabalhos da avaliação de que
trata o *caput*.”

Art. 2º Ao Instituto Legislativo Brasileiro compete, no âmbito de sua competência, desenvolver as ações de capacitação e desenvolvimento dos servidores envolvidos no processo de avaliação de que trata esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Para o ano em que for publicada esta Resolução, as comissões permanentes poderão selecionar políticas públicas a serem objeto de avaliação, cujas conclusões serão apresentadas até o início do novo ciclo definido no § 1º do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Publicado no **DSF**, de 17/9/2013